



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003555-37.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **Cobrasper Indústria Brasileira de Perfuratrizes**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

COBRASPER INDÚSTRIA BRASILEIRA DE PERFURATRIZES move ação anulatória de crédito tributário contra **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Sofreu o protesto de CDA referente a ICMS declarado e não pago, corporificado na CDA 1.177.117.093. A CDA, porém, não preenche os requisitos formais previstos no art. 202 do CTN. Além disso, os juros moratórios aplicados, calculados na forma prevista na Lei nº 11.918/2009, são inconstitucionais e abusivos. Sob tais fundamentos, pede (a) em tutela de urgência, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário ante a irregularidade formal da CDA, com a sua confirmação, em caráter definitivo, na sentença (b) em tutela de urgência, a intimação da fazenda para que exclua os juros moratórios abusivos, com a sua confirmação, em caráter definitivo, na sentença.

A ré contestou alegando (a) impossibilidade jurídica parcial do pedido, pois não houve o depósito preparatório previsto no art. 38 da LEF (b) regularidade formal da CDA (c) não abusividade dos juros moratórios.

A autora ofereceu réplica (fls. 63/67).

No apenso 1002550-77, sustação de protesto em que a contribuinte obteve liminar (fls. 39/41) sustentando o protesto enquanto a fazenda não recalcule o débito com a exclusão do índice de juros moratórios previsto na Lei nº 13.918/2009.

É o relatório. Decido.

Julgo conjuntamente as ações cautelar e de conhecimento, com fulcro no art. 330, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, lembrando que "sendo o juiz o destinatário da prova, somente a ele cumpre aferir sobre a necessidade ou não de sua realização" (RT 305/121, JTJ 317/189).

A preliminar de impossibilidade jurídica do pedido não deve ser acolhida. Foi deduzida no concernente aos juros moratórios e respectivo índice. Todavia, observamos que, com fundamento na abusividade desses juros, a parte autora não postula a suspensão da exigibilidade, pedindo, isto sim, o recálculo, providência esta admissível em direito, independentemente do depósito integral.

Ingressa-se no mérito.

Quanto à alegação de nulidade da CDA por não preencher os requisitos do CTN, tem-se que a autora não comprovou o fato constitutivo de seu direito, vez que não apresentou cópia da CDA em questão, o que impossibilitou o juízo de analisar o referido documento.

Frise-se que o impresso de fls. 33 não corresponde à CDA.

Indo adiante, quanto aos juros, o Órgão Especial do TJSP, em 27.02.13, acolheu em parte a Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, relativa aos arts. 85 e 96 da Lei Estadual n. 6374/89 com a redação da Lei Estadual n. 13.918/09, à vista da decisão de 14.04.10 do STF na ADI n. 442/SP (no sentido de que a regra do art. 113 da Lei Estadual n. 6374/89 deve ser interpretada de modo a que a UFESP não exceda o valor do índice de correção



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

monetária dos tributos federais).

Trata-se de interpretação conforme a CF, importando na impossibilidade de o Estado estabelecer encargos sobre seus créditos fiscais superiores aos da União Federal quanto a seus créditos, por tratar-se competência concorrente (art. 24, I e § 2º da CF).

Síntese: a taxa de juros moratórios estadual não pode exceder aquela incidente na cobrança das dívidas federais. Hoje, a taxa que incide nas dívidas federais é a SELIC, sendo esta, então, o limite.

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedentes** as ações cautelar e de conhecimento para, confirmada a liminar proferida às fls. 39/41 da cautelar, **CONDENAR** a ré a **LIMITAR** a taxa de juros moratórios aplicada ao crédito objeto da CDA 1.177.117.093, à taxa de juros moratórios utilizada pela União Federal na cobrança de seus créditos.

Tendo em vista a sucumbência parcial e igualmente proporcional (já que a autora postulava a anulação total do lançamento tributário), compensam-se integralmente os honorários advocatícios, e cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais, observado que a obrigação da fazenda é apenas de reembolso, ou seja, reembolsará á autora metade do que esta desembolsou a tal título, nas ações.

P.R.I.

São Carlos, 10 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**